

Ciclos sistêmicos de acumulação e o “milagre do Rio Han”

Rodrigo Luiz Medeiros Silva¹

Resumo

Nas últimas quatro décadas, a Coréia do Sul tem vivenciado um processo extremamente acelerado de crescimento econômico e modernização estrutural. Alçado ao patamar de modelo para os demais países periféricos, o chamado caso coreano motiva atenção de todos os analistas do desenvolvimento. As mais difundidas explicações para o sucesso sul-coreano privilegiam a análise das políticas econômicas ali aplicadas e seus efeitos práticos. Neste esforço, elas relegam a um segundo plano a peculiar conjuntura internacional que abraça este próspero país. Este artigo buscará elencar alguns fatos da história sul-coreana que nos sugerem, em conjunto, que uma abordagem sistêmica internacional de seu sucesso industrial não pode ser deixada de lado.

Palavras-chave: Coréia do Sul; desenvolvimento econômico e social; colonialismo japonês; imperialismo norte-americano; teorias do sistema-mundo; industrialização tardia

Classificação JEL: P 51; O 43.

Introdução

Não é necessário refletir muito para nos apercebermos que Coréia do Sul ostenta um posicionamento bastante peculiar no conserto das nações.

¹ Economista, Mestre em Teoria Econômica pela Unicamp e Doutorando em Sociologia pela USP.

Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de a Península Coreana comportar, desde 1948, dois corpos estatais que não se reconhecem mutuamente. Como agravante, estes dois organismos divergem radicalmente a respeito de como devem ser organizadas a sociedade e a economia do país. Além disto, em um passado ainda recente, entre 1950 e 53, esta superposição culminou com um enfrentamento militar efetivo entre ambos, guarnecidos por seus respectivos aliados. Desde então, a ausência de um tratado de paz preserva ali um clima de permanente animosidade, fazendo da guerra fratricida uma ameaça que freqüentemente paira ao redor do Paralelo 38 N.

Em segundo lugar, chama atenção a complexidade estratégica dos interesses em jogo quando o assunto é a celebração de qualquer acordo entre as autoridades meridionais e setentrionais desta península. E isto a despeito do fim da Guerra Fria. Afinal, na Coreia do Sul permanecem lotados enormes contingentes militares estadunidenses e, assim, uma reunificação à moda alemã soa impensável para russos e chineses, pela óbvia ameaça que estes tendem a embutir no avanço da presença militar americana até suas fronteiras. Aos americanos, por sua vez, tampouco interessa fomentar negociações para uma reunificação que envolvesse a completa retirada de seus contingentes da península, pois sua presença nesta confere alcance regional a eventuais esforços militares seus, além de justificar, especialmente num contexto conflituoso, a proteção militar conferida por seus equipamentos ao Japão.

Em terceiro lugar, a Península Coreana povoa o imaginário internacional como uma espécie de museu a céu aberto da Guerra Fria, amplificando a visibilidade dos vícios ou virtudes que porventura possamos identificar ao norte ou ao sul da Zona Desmilitarizada. Seja com estatísticas mais ou menos verossímeis, depoimentos mais ou menos fidedignos, anedotas sobre ditadores com pretensões dinásticas ou *gangsters* presidindo corporações que geram tecnologia de ponta, quase tudo pode e é utilizado numa guerra ideológica que, mesmo obsoleta, insiste em recrutar as Coreias como álibis.

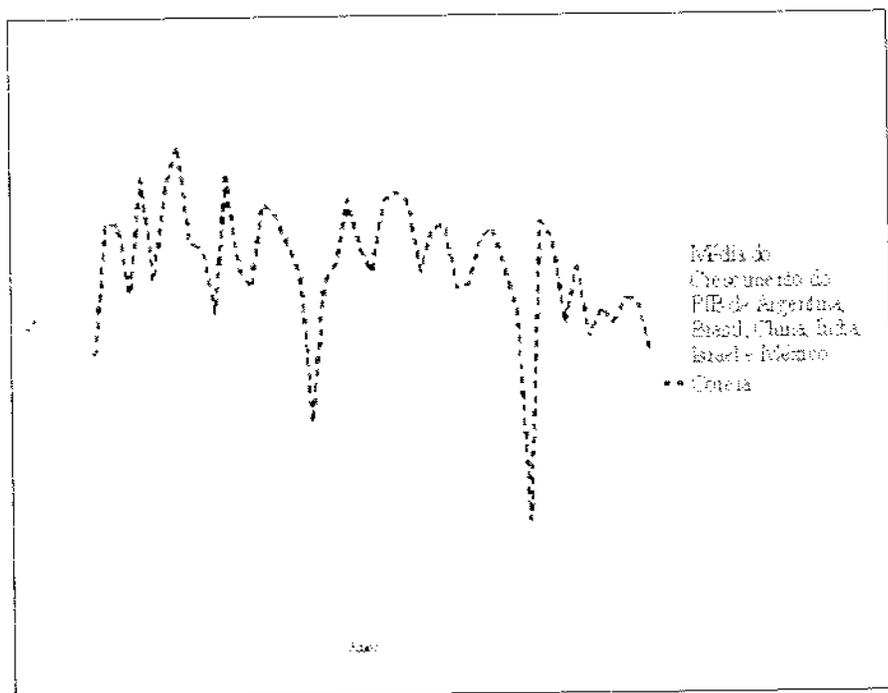
Ainda hoje, assim como em épocas imemoriais, a Coreia tem seu destino marcado pelo caráter sumamente estratégico de sua localização geográfica. Pois as muitas disputas internacionais travadas

em seu território são, tal qual em épocas pretéritas, cruciais para definir o equilíbrio de poder em toda a Ásia. Foi pelo quase istmo coreano que Kublai Khan tentou invadir o Japão no século XIII. Foi pelo mesmo caminho que Hideyoshi Toyotomi tentou invadir a China no século XVI. Foi após ocupar Coréia que os militares japoneses invadiram a Manchúria na primeira metade do século XX. Foi na Coréia, entre outros teatros cruciais, que soviéticos e americanos disputaram proeminência em escala global. E é na Coréia do Sul, além do Japão, que os americanos ainda assentam sua hegemonia militar na Ásia Oriental.

O caráter quase translúcido da peculiaridade geoestratégica do território coreano contrasta, não obstante, com a franca raridade das análises destinadas a apurar os efeitos práticos desta condição na trajetória econômica exibida pela Coréia do Sul. É sobre este tema que se debruçará este artigo.

Endogeneidade e Exogeneidade no Debate sobre o Salto Coreano

É absolutamente inquestionável o enorme progresso material vivenciado pela sociedade sul-coreana desde meados dos anos 1960. Como demonstra o gráfico abaixo, o dinamismo da economia sul-coreana pode ser identificado mesmo em comparações efetuadas entre esta e outras economias geralmente apontadas como pujantes.



Crescimento do PIB sul-coreano em comparação com o de outros países em desenvolvimento

A questão que motiva este artigo consiste, então, em tornar inteligíveis os principais fatores por detrás deste destacado dinamismo.

Desde que a Coreia do Sul começou a ostentar elevadas taxas de crescimento econômico, à época do General Park Chung Hee, a literatura especializada sobre desenvolvimento tem alimentado este debate com duas linhagens explicativas que pressupõem implicitamente a endogeneidade deste fenômeno. Por um lado, temos autores formados na economia neoclássica norte-americana, que vasculham a história industrial sul-coreana atrás de indícios de que este caso paradigmático de industrialização teria sido conduzido nos marcos de uma política econômica liberal.¹ Outros autores, com fundamentação teórica heterodoxa, realizam o mesmo experimento e pinçam elementos que atestariam a centralidade do Estado nacional na dinâmica deste caso de industrialização.²

Uma terceira linha de investigação nitidamente factível, porém ainda pouco popular, consiste em se debruçar sobre os fatores exógenos por detrás do sucesso sul-coreano. Esta investigação compreenderia duas etapas. Primeiramente, seria preciso fazer uma análise do plano internacional que abraça a Coréia desde o último quartel do século XIX – que é quando principia a industrialização sul-coreana. Em seguida, resta examinar se há indícios suficientemente bem documentados de que a Coréia se beneficiou de ações deliberadas de Estados estrangeiros interessados, por razões tangíveis, em seu acelerado progresso material.³

Uma série de estudos relativamente recentes tem buscado esta terceira orientação. Este artigo reúne algumas de suas principais conclusões.

Sistema-Mundo, Ciclos Sistêmicos de Acumulação e a Coréia

Atualmente permanecem lotados na Coréia do Sul cerca de 37.500 militares norte-americanos. Este respeitável contingente guarnece um conjunto de 85 estabelecimentos, incluindo a grande base de *Yongsan*, bem no meio de Seul.⁴ Ao poderio expresso por estas cifras, devemos adicionar o virtual controle, pelas autoridades americanas, de todos os demais aparelhos de defesa nacional da Coréia do Sul. Pois em 1950, ano em que principia a Guerra da Coréia, as Nações Unidas atribuíram aos Estados Unidos o controle das forças mobilizadas para respaldar a Coréia do Sul no embate com as forças sino-setentrionais. Como a paz definitiva nunca foi assinada, o governo americano ainda controla as forças armadas sul-coreanas por intermédio do Comando Militar Combinado (CMC).⁵

Mas por que os americanos arcam com os consideráveis custos deste aparato dissuasório? Será que a rica Coréia do Sul não poderia, sozinha, manter equipamentos capazes de garantir que as forças de seu mendicante rival setentrional permaneçam ao norte do Paralelo 38? O que está realmente em jogo com a continuada presença americana na península?

A teoria do sistema-mundo, da forma utilizada por Giovanni Arrighi, é de grande serventia para respondermos satisfatoriamente a esta pergunta. Ela busca reconstruir a dinâmica formativa da economia capitalista, hoje planetária, em busca de regularidades históricas no padrão de competição e coligação entre Estados e entre capitais. Estas regularidades podem nos auxiliar a compreender o interesse que alguns Estados devotam à Ásia Oriental e, em particular, à Coréia do Sul.

A contribuição fundamental de Giovanni Arrighi, *O Longo Século XX*, percorre a história européia desde meados do século XIII até o presente, buscando reconstruir desde as origens a formação de um sistema-mundo capitalista. Como se sabe, foi em um conjunto de cidades-estado européias, ainda na Baixa Idade Média, que uma camada devotada à acumulação comercial primeiramente logrou ascender ao poder Estatal. De acordo a principal conclusão de Arrighi, seria possível identificar uma sucessão de quatro "ciclos sistêmicos de acumulação" desde então. Ou seja, quatro diferentes ciclos de acumulação de capital caracterizados, cada qual, por uma aliança específica entre uma unidade estatal particularmente poderosa no contexto internacional e uma burguesia a ela coligada, da qual emanam hierarquias de poder relativamente rígidas que incluem os demais Estados e facções burguesas mundo afora.

O primeiro destes ciclos ocorreria entre os séculos XIII e XVI no norte da atual Itália, com epicentro na cidade de Gênova. O segundo ocorreria na Holanda do século XVII. E os dois últimos se materializariam, respectivamente, na Grã-Bretanha do Século XIX e nos Estados Unidos do Século XX. Cada um destes quatro "regimes de acumulação" teria determinado, então, limites específicos de comportamento e articulação para os integrantes da economia mundial, evidenciando uma capacidade crescente, por parte do organismo Estatal mais poderoso, de projetar o seu poder nacional sobre um espaço cada vez mais global.

De acordo com Arrighi, entretanto, a ascensão de um determinado organismo estatal a esta posição de preeminência não cristaliza uma determinada hierarquia de poder global. Ao contrário, seu predomínio não logra interromper os processos de competição e centralização de capital que são responsáveis, em última análise, pela

repetição regular de grandes crises e longos períodos de transição e reorganização da base produtiva, levando à alternância no governo mundial do sistema.

Adotando a datação sugerida pelo próprio Arrighi, a definitiva integração do atual território sul-coreano à economia capitalista mundial ocorre durante o auge do ciclo de acumulação britânico, entre o último terço do século XIX e a I Guerra. Ao atingir o ápice, porém, o regime de acumulação vigente encontra também sua fase final. Naquilo que concerne ao país central, inicia-se um período de expansão material calcada nas altas finanças. E, assim, ao passo que se debilita a primazia britânica na acumulação produtiva, fundamento do controle deste país sobre o espaço econômico mundial, a "city" ostenta uma opulência material aparentemente sem precedentes. Enquanto isto, a ruptura progressiva do equilíbrio internacional de poder econômico acena para o conflito aberto entre as candidaturas a novo *hegemon*. Neste momento, surgem outras postulantes ao posto de potência líder – os Estados Unidos e a Alemanha –, e elas já ostentam um ritmo de acumulação produtiva nitidamente mais acelerado que o britânico.

Destarte, é possível compreender o colonialismo japonês como parte da crise da liderança britânica. Sendo o arquipélago japonês carente em matérias primas e fontes energéticas, a política expansionista passa a significar, para o Império Nipônico e para os capitais a ele coligados, uma chance efetiva de buscar um novo posicionamento global. A Coreia é ocupada pelos 35 anos após 1910 e, especialmente durante os anos 1930, recebe maciços investimentos na indústria pesada. Não obstante, o projeto expansionista japonês é definitivamente derrotado em 1945, com a explosão das bombas atômicas.

A guerra planetária em dois *rounds*, entremeada pela crise de 1929, marca uma crise final da ordem internacional britânica e permite que uma nova potência, os EUA, substituam os ingleses como Estado hegemônico a partir de 1945. Dali até os anos 1970, a economia planetária conta os "Trinta Gloriosos", marcados pela expansão generalizada na acumulação de capital produtivo sob liderança norteamericana.

Neste momento, a única ameaça à preeminência americana era a insubordinação soviética. E, como o potencial destrutivo dos arsenais da URSS tornava o conflito aberto inviável, o enfrentamento foi grandemente desviado para um conflito de demonstração, no qual os querelantes podiam comparar e exibir suas virtudes. Parte substancial das energias das duas potências é desviada, então, para empreendimentos como a “conquista” do espaço, os jogos olímpicos, ou o êxito na reconstrução de países de suas respectivas áreas de influência, como a(s) Alemanha(s) e a(s) Coréia(s). A crença raramente desafiada nos milagres do Reno e do Han seria uma grande evidência, à da teoria do sistema-mundo, da vitória americana neste peculiar conflito de exibição.

Dos anos 1970 em diante, contudo, se acumulam sinais de reedição de um novo outono hegemônico – quais sejam: os dois choques do petróleo, a emergência do paradigma industrial *toyotista*, o questionamento do *status* do dólar, a queda de Saigon, etc. Em vista destes elementos, Arrighi argumenta que “Ainda não está claro se estamos prestes a assistir uma troca de guarda no alto comando da economia mundial capitalista [...]. Mas a substituição de uma região ‘antiga’ (a América do Norte) por uma ‘nova’ (o leste asiático) como centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade”. “Como no modelo dos ‘gansos voadores’ de Kaname Akamatsu, a arrancada do grande salto à frente japonês antecedeu e liderou a arrancada regional” (Arrighi, 1997: 344-345) A Crise Asiática de 1997-8, que atingiu profundamente os Tigres Asiáticos, mas poupou a China, seria mais um sinal da aurora de um novo regime de acumulação sediado na Ásia.

Para a Coréia, ao passo que seus indicadores de rendimento convergem rapidamente para a média da OCDE e o conflito de exibição vai perdendo sentido, o dinamismo dos anos 2000 seria sensivelmente menor que o dos anos 1980 e 1990. Porém sua economia continua sensivelmente mais movimentada que aquela do outrora pujante Japão.

O Papel Japonês e Americano na Industrialização Coreana

Da discussão que acabamos de efetuar, fica a sugestão de que a industrialização da Coreia do Sul é parte, primeiramente, do movimento expansionista japonês entre 1910 e 1945. Posteriormente, entre 1945 e meados dos anos 1990, ela é parte da busca americana por afirmação de sua primazia global frente aos soviéticos. Mas até aqui não apresentamos sequer uma evidência que corrobore esta teoria. É disso que esta seção se incumbirá.

I – Reforma Social e Institucional sob Domínio Colonial Japonês

No último quarto do século XIX, os poucos viajantes ocidentais que conseguiam penetrar as fronteiras coreanas encontravam uma sociedade que pouquíssimo havia mudado desde o século XIV.

Entre 1392 e 1910, o país foi governado por uma única dinastia, os Yi, em um período marcado pela existência, ali, de uma sociedade profundamente interpenetrada por valores confucionistas. Ou seja, havia um estado monárquico que governava o país mediante um corpo de funcionários públicos. Estes eram recrutados por exames relativamente competitivos, que cobriam essencialmente um conjunto de clássicos do pensamento chinês. Os funcionários, que na Coreia eram chamados de *yang-ban*, constituíam o estrato dominante do país. Seus postos eram alocados seguindo um rodízio regional periódico, que buscava evitar o surgimento de núcleos de poder paroquial. A economia repousava na agricultura e os excedentes dela extraídos sustentavam a complexa estrutura estatal. A terra era lavrada por escravos. Inexistiam a propriedade privada, a moeda e, conseqüentemente, os bancos. A atividade comercial era extremamente rarefeita.

Foi esta sociedade que, subitamente, começou a receber investidas agressivas do novo e modernizado Japão do fim do século XIX. Neste contexto, a assinatura do Tratado de Kanghwa, em 1876, marca a abertura dos portos coreanos ao comércio japonês. No contexto da tradicional agricultura praticada no país, na qual a oferta

reagia de modo muito incerto à demanda, os preços internos do arroz — que constituía a base da dicta coreana — subiriam vertiginosamente, pois a pressão exercida pela crescente demanda japonesa pelo produto era enorme. Para completar este quadro, houve severas secas na Coréia em 1876-77 e 1888-89, atingindo em cheio a então próspera região agrícola de *Chölla*. Estava criado o cenário para o explosivo crescimento do movimento camponês *Tonghak*⁶. Vila após vila, a região de *Chölla* caíria nas mãos de rebeldes (Cumings, 1997: 115-118).

Em 1894, o Rei Kojong, sem meios de controlar o próprio território, solicita ajuda chinesa. O Japão acaba intervindo e eclode a Guerra Sino-Japonesa de 1894-95, que termina com a derrota chinesa. A vitória japonesa — e o conseqüente afastamento do Rei Kojong — seria, segundo Viscaíno Jr. (1999), o momento exato em que se definem os alicerces do processo de modernização na Coréia. É implantada a Reforma *Kabo*⁷, conduzida sob agressiva tutela nipônica. Entre as medidas da reforma, figuravam:

i) A reorganização da administração pública: foram criadas pastas ministeriais modernas como: educação, exterior, comércio, agricultura e indústria. Foi feita uma reforma fiscal gerida por um ministério das finanças. O exército passaria a ignorar a origem social dos alistados.

ii) Fim dos Exames [confucionistas] do Serviço Civil.

iii) Uma reforma política: foi dada autonomia ao poder judiciário e a tortura foi proibida.

iv) Uma reforma social: foi abolido o sistema vigente de estratificação e o trabalho escravo foi proibido. Foi instituída uma limitação etária para casamentos. Foi proibido o uso de vestimentas discriminando a origem social. Os homens foram obrigados usar cabelos curtos, eliminado sua função distintiva estamental. Os nobres foram proibidos de fumar seus longuíssimos cachimbos característicos — um antigo prazer ocidental que, séculos antes, havia se tornado comum entre a classe letrada. Também foram banidos os *kat* — chapéus tradicionais de pelo de calda de cavalo — usados pelos letrados.

v) Uma reforma monetária: O *yen*, moeda japonesa, passa a ser o meio de troca na Coréia.

vi) Uma reforma no ensino: O sistema educacional foi reformado, criando ciclos no molde da educação ocidental. Garantia-se o acesso de pessoas talentosas ao sistema educacional, qualquer que fosse a origem social individual.

Resumindo, as Reformas *Kabo* operariam uma verdadeira revolução institucional no país, promovendo a dissolução das bases da sociedade que por vários séculos vigorara na Coreia – um passo imposto autoritariamente, por uma força exógena à dinâmica de poder interna, e cristalizado por décadas de ocupação estrangeira. Sem a agressiva presença japonesa, é razoável pensar que este conjunto de reformas, essenciais à integração da Coreia à civilização capitalista, tardaria bastante mais a se implantar.

Além das reformas institucionais, o colonialismo japonês estimulou o transplante à Coreia de notável parque industrial pesado, uma vez que o arquipélago carecia da energia que estes empreendimentos requisitam.⁸ Esta expansão manufatureira foi acompanhada da implantação de uma considerável infra-estrutura financeira⁹, sem a qual a indústria, especialmente a pesada, não poderia operar.

Para Dennis MacNamara (1990: 50-51), foi instituído na Coreia um capitalismo ao molde japonês, com o Estado e suas agências desempenhando um papel absolutamente central. Este autor argumenta que o padrão coreano de articulação entre o capital privado e o Estado seria uma herança do modelo de administração colonial ali implantado. Neste sentido, o Estado colonial desenhava políticas econômicas objetivando a operação dos *zaibatsu* na colônia coreana. Aliás, o próprio termo *chaeböl*, usado em referência ao moderno conglomerado industrial sul-coreano, nada mais é do que a pronúncia coreana para os dois ideogramas que, em japonês, são lidos como *zaibatsu* (um denotando “propriedade” ou “riqueza” e o outro “clã”).

Do complexo parque industrial erigido na península pelo Japão, pouco sobreviveria à descolonização e à Guerra da Coreia. O mesmo pode ser afirmado com respeito à infra-estrutura física implantada pela metrópole. Mas isto não deve, de modo algum, ser encarado como evidência da insignificância do legado colonial. Pois a experiência colonial teria desempenhado papéis cruciais: 1) ventilar uma ordem estamental confucionista muito rígida, que até então havia falhado em

se auto-reformular, 2) modernizar deveras o arcabouço institucional daquela economia e, 3) impingir drásticas e dolorosas mudanças à vida cotidiana, material, cultural e intelectual do país. Além disto, durante este período teria se configurado um ambiente de negócios que marcaria profundamente a gênese da burguesia coreana.

II – Reforma Agrária e Alfabetização sob Ocupação Americana

Entre 8 de setembro de 1945 e 15 de agosto de 1948, após o fim da II Guerra Mundial, a Coreia do Sul foi governada por autoridades militares americanas. Durante este breve período seriam enfrentadas ali, de supetão, duas questões cruciais: a necessidade de realização de uma profunda reforma agrária e o imperativo de alfabetizar a população. Assim como na ocasião das amplas e súbitas Reformas *Kabo* do século XIX, forças externas, alheias à dinâmica interna de poder da sociedade coreana, redirecionariam o timão do país rumo à modernização.¹⁰

Segundo Shannon McCune (1948: 132), a Lei Número 173, expedida pelo governo de ocupação militar na Coreia do Sul e promulgada em março de 1948, determinava a redistribuição de todas as terras previamente possuídas por japoneses — isto é, as terras anteriormente detidas pela companhia japonesa de colonização, a *Oriental Development Company* —. O objetivo explícito desta política era “ajudar os camponeses arrendatários a se converter em donos independentes de fazendas, assim como fortalecer a agricultura da Coreia pelo estímulo à difusão da propriedade fundiária [...]”¹¹.

A extensão das terras e das pessoas envolvidas era enorme. Os lotes compreendiam um total de 687.246 acres¹², o equivalente a um décimo da área cultivada do país. Eles eram então arados por 587.974 famílias, representando nada menos que 43,5% de todas as famílias camponesas coreanas. Havia 3.318.115 indivíduos vivendo nestas propriedades, o que equivalia então a 24,1% da população do país (McCune, 1948: 132).

Os camponeses que quisessem adquirir um lote podiam fazer o pagamento de forma simples e flexível. O preço de compra era fixado

em três vezes o rendimento anual médio do principal produto cultivado no lote. O pagamento devia ser feito em espécie, mas podia ser efetuado em um período de 15 anos; ou num período ainda maior no caso de quebras de safra. Os rendimentos com a cultura secundária não eram computados no preço do lote, estimulando então a diversificação. Para evitar a concentração, cada família podia adquirir apenas 4,9 acres. Se a família já possuísse terra, de qualquer forma não poderia acumular, após a nova compra, mais que os 4,9 acres (McCune, 1948: 132).

Outro legado crucial dos generais americanos à Coreia foi o forte esforço de alfabetização empreendido no país durante a ocupação. Entre 1945 e 1948, foi possível fazer com que a taxa de alfabetização pulasse de 20%, imediatamente após a Liberação, para 71% em apenas dois anos e meio (Krueger, 1982: 23).

Assim, em apenas três anos e independentemente de qualquer processo político interno, a Coreia teria queimado etapas preciosas, concretizando duas transformações tão essenciais, quanto politicamente intrincadas.

III – A Ajuda Americana: Equilíbrio Cambial e Reconstrução do Estado Coreano

Entre 25 de Junho de 1950 e 27 de julho de 1953, as duas Coreias se enfrentariam em um conflito armado. Nele também tomariam parte os Estados Unidos e seus aliados incondicionais, com aval das Nações Unidas. E, além deles, a República Popular da China. Estimativas do número de mortos nesta guerra giram em torno de 3 e 4 milhões, ante uma população de cerca de 30 milhões para as duas Coreias. Apesar de ser esta uma guerra ainda muito pouco debatida, cerca de 1,8 milhão de americanos participaram do esforço militar, sendo que 36.576 viriam a falecer (Halliday *et al*, 1988: 200-201).

Apesar de um armistício ter posto fim aos enfrentamentos, este não significou a celebração de um tratado de paz entre as duas Coreias, uma vez que a divisão do território era o resultado de uma disputa internacional muito complexa. Esta envolvia diretamente, além destes dois países, a China, a Rússia e os Estados Unidos (Ahn, 1980: 1098-100). É neste contexto tenso que os Estados Unidos

começariam a promover a transferência de enormes volumes de recursos em ajuda humanitária à Coreia.

Segundo Yoon-Je Cho (2001: 118-119) a Coreia teria recebido, entre 1946 e 1978, ajuda militar e econômica da ordem de US\$ 12,6 bilhões. Isto faria dela o país a receber o maior contingente de auxílio externo no mundo, especialmente nos anos 50. Somente em 1956, a Coreia teria recebido US\$ 330 milhões em assistência econômica e US\$ 400 milhões em ajuda militar. Se somarmos a este contingente o valor gasto ali por soldados americanos, chegamos ao impressionante influxo total de US\$ 1,13 bilhão, o equivalente à metade do PIB coreano deste ano. Na Tabela III-A é possível verificar alguns dados acerca da rubrica econômica da ajuda – ou seja: nela não está computada a ajuda militar, nem os gastos dos soldados americanos no país –, entre 1955 e 1961. Verificamos que o valor das doações anuais teria oscilado ao redor de 10% do PIB.

O recebimento de recursos a fundo perdido desta ordem, por vários anos, sem lugar à dúvida representaria um formidável impulso à economia de qualquer país. Outrossim, é preciso penetrar ainda mais profundamente nos fatos relativos a estas doações para apreender a real magnitude deste influxo.

TABELA III-A – PNB e Ajuda Econômica Americana, 1955-1961							
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Ajuda Externa / PNB (%)	12,5	13,3	11,7	9,3	6,0	7,3	10,9
Fonte: Cho (2001: 120) <i>apud</i> BANK OF KOREA, Economic Statistics Yearbook, 1954-1962							

A ajuda econômica era concedida sob a forma de produtos doados pelos EUA ao governo coreano. Parte destes produtos era então revendida internamente a preços de mercado, gerando assim uma importantíssima receita fiscal para o Estado coreano. Esta fonte adicional de recursos fiscais teria sido fundamental à reconstrução da infra-estrutura física e estatal do país. Por exemplo, a construção de edifícios para as escolas públicas, cuja cobertura se expandiria

fenomenalmente dali adiante, certamente contou com esta preciosa arrecadação adicional (Cho, 2001:119). Na Tabela III-B é possível acompanhar, ano a ano, o colossal peso da ajuda para o financiamento do Estado coreano. Note que a revenda das doações americanas responderia, em média, por 45,5% da arrecadação global entre 1957 e 1961.

TABELA III-B – Receita Fiscal e Ajuda Econômica Externa, 1957-1961						
	1957	1958	1959	1960	1961	Média (1957-61)
Receita Fiscal	100	100	100	100	100	100
Receita Fiscal Gerada Internamente	28,1	31,0	48,5	51,5	30,4	37,9
Receita Fiscal Associada à Venda de Doações Externas	52,1	51,1	41,5	34,6	48,5	45,5
Outras (Fabricação e Vendas de Cigarros e Ginseng + Empréstimos)	19,8	17,9	10,0	13,9	21,1	16,6
Fonte: Cho (2001: 122) <i>apud</i> Lee, Sung-Yoo. <i>The Korean Economy and U.S. Aid</i> [<i>Hanguk Gyungje-wa Miguk Wonjo</i>]. Donga Publishing Co., p. 145. 1962.						

Mas a mensuração do peso da ajuda não se esgotaria nas vultuosas vendas de donativos. Além delas, o Estado coreano recebia doações que utilizava diretamente em suas atividades – como remédios. Neste caso, a magnitude da ajuda não é captada pelo lado da receita com revenda. Na Tabela III-C é possível verificar o peso da chamada “Conta Especial para Reconstrução Econômica”, que compreendia este tipo de doação. Em 1957, esta rubrica alcançaria 23,8% do orçamento. Para se ter uma real dimensão do impacto da ajuda externa na economia coreana dos anos 1950, é preciso reter que esta equivaleria a um volume anual de doações de cerca de US\$ 45 bilhões para uma economia com o tamanho daquela que a Coréia

possuía em 2002 (Cho, 2001: 120). Assim, torna-se mais clara a razão que teria permitido à Coreia manter taxas de investimento tão superiores às suas taxas de poupança durante os anos 1950.¹³

TABELA III-C – Conta Especial para Reconstrução Econômica em Proporção do Orçamento Geral do Governo Central, 1957-1961					
	1957	1958	1959	1960	1961
Orçamento Geral (em Bilhões de Wõn)	362,0	410,2	415,6	428,5	638,6
Minutas da Conta Especial para Reconstrução Econômica (em Bilhões de Wõn) = B	86,3	78,5	59,5	47,6	45,2
B / A (%)	23,8	19,1	14,3	11,1	7,1
Minutas de Venda de Grãos Provenientes da Ajuda (em Bilhões de Wõn) = C	153,9	186,5	145,2	122,7	292,4
C / A (%)	42,5	45,5	32,9	28,6	45,8
Fonte: Cho (2001: 122) <i>apud</i> Lee, Sung-Yoo, <i>The Korean Economy and U.S. Aid [Hanguk Gyungje-wa Miguk Wonjo]</i> . Donga Publishing Co., p. 147, 1962.					

IV – A Participação Coreana na Guerra do Vietnã e a Transubstanciação da Ajuda Americana

Além dos Estados Unidos, alguns outros aliados coadjuvantes também empenhariam a vida de seus jovens em combates no Vietnã. Na Austrália, a título de exemplo, seriam contabilizadas algo como 470 mortes. Já na República da Coreia, foco de nosso trabalho, teriam sido cerca de 4.400 mortos.¹⁴ Note que República da Coreia teria sido, dentre todos os países diretamente envolvidos na guerra, aquele a enviar ao Vietnã o maior contingente de tropas como percentagem da população total do país – cerca de 300.000 soldados (Cho, 2001: 127).

Como resultado de tamanho engajamento coreano nesta guerra, os governos dos Estados Unidos e da República da Coreia firmariam um documento chamado “Memorando Brown”, assim denominado em homenagem ao embaixador americano na Coreia do Sul, Winthrop G.

Brown. Mediante o acordo ali celebrado, os Estados Unidos garantiriam enormes vantagens econômicas à Coreia. O memorando previa: 1) apoio financeiro ao país, 2) assistência técnica e financeira para a modernização de suas forças armadas, 3) apoio à expansão das exportações do país, 4) prioridade para as empresas de origem sul-coreana em contratos de fornecimento e serviços relacionados à guerra e, 5) garantia de que os técnicos civis coreanos teriam oportunidades de trabalho no Vietnã (Cho, 2001: 127).

Como é possível checar na Tabela IV-A, o “Memorando Brown” significou uma fantástica contribuição a um país que, como já vimos, era extremamente dependente de doações americanas. Note que, à época, as autoridades americanas já haviam deixado clara sua intenção de ir reduzindo o antigo fluxo de ajuda econômica¹⁵. O Vietnã preencheria, assim, a lacuna aberta. Entre 1962 e 1969, os dados deixam claro que as exportações ao Vietnã, somada à assistência militar americana associada à guerra, adquiririam enorme peso no frágil equilíbrio externo da economia coreana.

TABELA IV-A – Ajuda Militar Americana e Exportações Coreanas para o Vietnã em Relação ao PIB e às Exportações, 1962-1969

	Receita Total com Ajuda Militar dos EUA e Exportações para o Vietnã (A)	PIB em US\$ milhões (B)	Exportações Totais em US\$ milhões (C)	(A)/(B) em %	(A)/(C) em %
1962-63	96,5	3192,3	95,7	3,0	100,8
1964-65	104,6	2826,6	294,2	3,7	35,6
1966-67	209,2	4163,4	570,5	5,0	36,7
1968	306,6	5500,0	455,4	5,6	67,3
1969	372,9	6597,4	622,5	5,6	59,9

Fonte: Cho (2001: 128) *apud* Naya, Seiji. *The Vietnam War and Some Aspects of its Impact on Asian Countries. The Developing Economies*, 9 (1), pp. 31-57, 1971.

Já na Tabela IV-B, são apresentados dados mais amplos sobre as diversas origens das divisas que ingressariam na Coreia em decor-

rência do “Memorando Brown”. A importância da guerra enquanto fonte de recursos externos fica ainda mais evidente se retivermos que, a todas as rubricas apresentadas na tabela, ainda devemos somar a ajuda militar direta, captada na tabela anterior.

TABELA IV-B – Divisas Recebidas pela Coréia ao Participar da Guerra do Vietnã, 1966-1968, em Milhões de US\$			
	1966	1967	1968
Exportação de Bens para o Vietnã	13,8	7,3	5,6
Venda de Artefatos Militares	9,9	14,5	30,8
Contratos de Construção e Serviços	12,3	43,5	58,4
Remeças de Civis	9,7	40,6	38,4
Remeças de Soldados	13,2	30,0	34,4
Outros	0	8,8	4,6
Total (A)	58,9	144,7	172,2
Exportações Totais (B)	250,3	320,2	455,4
(A)/(B) em %	23,5	45,2	37,8
Fonte: Cho (2001: 128) <i>apud</i> BANK OF KOREA. Economic Statistics Yearbook			

Pelos dados aqui expostos, já é possível levantar questionamentos sobre a contribuição de vários teóricos que trabalham com a hipótese de que a “ajuda” teria estancado nos anos 1960. Ora, para estes autores o fim da ajuda econômica teria levado o governo Park Chung Hee (1963-1979) a adotar uma política corajosa, desafiando o “pessimismo comercial” vigente entre os *Cepalinos*. No entanto, estas contribuições falham em não perceber que o Vietnã teria aberto aos americanos a engenhosa possibilidade de transubstanciar a ajuda. Ao invés de doações diretas com embaraçosas etiquetas da USAID, eram agora bilionários contratos de exportação de mercadorias e serviços, remessas de soldados aliados, e assistência técnica militar aos companheiros de batalha. Tudo justificável politicamente pelos interesses do “mundo livre”, e pelo ideal de assegurar a “liberdade” aos sul-vietnamitas.

Claramente, é somente em vista deste novo e singular contexto internacional, muito distante daquele vigente na América Latina, que se torna possível compreender os resultados tão alvissareiros obtidos pelas exportações coreanas deste período. Os dados demonstram, por exemplo, que as exportações sul-coreanas de ferro e aço, cuja parca competitividade era atestada por representarem apenas 1,7% das

exportações totais coreanas, bateriam recordes de exportações ao Vietnã, que absorveria 94,3% das exportações do setor. Este curioso fenômeno se repetiria em sete outros setores industriais. Em direção contrária estava o setor agrícola que, responsável por 13,6% das exportações coreanas, teria no Vietnã apenas 1,3% do seu mercado.

Outro caso paradigmático seria o setor de construção civil, no qual a Coreia detém atualmente uma enorme capacidade competitiva. Nem sempre foi assim. No projeto de construção da Rodovia Pattani-Narathiwat (1966-68), na Tailândia – o primeiro contrato internacional de construção tocado pela *Hyundai Construction* –, é sabido que o governo americano influenciou fortemente na escolha da empreiteira coreana encarregada da obra (Cho, 2001: 128). Em pouco tempo, a Hyundai venceria outros contratos: no Vietnã, na Papua-Nova-Guiné, na Austrália, etc. Outro setor muito agraciado seria o de logística e transportes. O Grupo Hanjin, cujos containeres podem ser avistados hoje em qualquer grande porto do mundo, cresceu fabulosamente em decorrência dos fretes associados ao Exército Americano.

Fica claro que muitas empresas coreanas tiveram nos contratos decorrentes do “Memorando Brown” uma verdadeira incubadora, capaz de permitir que se lançassem ao mundo, mesmo sem ter maturidade para alçar tamanho vôo por si mesmas. O “Memorando Brown” lhes havia garantido uma preciosa fatia de mercado por 15 longos anos, adicionando ao seu portfólio ninguém menos que o maior cliente do mundo, que é o Estado americano. Esta conjuntura logo permitiria a sua transformação em verdadeiros gigantes de notória competitividade (Cho, 2001: 129).

A conclusão é muito simples: é preciso muito comedimento, então, quando se compara a “performance” exportadora coreana com aquela ostentada pelos países latino-americanos. Pois a Coreia do Sul se inscrevia, atestam as evidências acima, em um contexto internacional muito particular, tendo encontrado abertas muitas portas que para outros países sempre estiveram, via de regra, fechadas.

V - A Normalização das Relações Nipo-coreanas

Desde a Capitulação Japonesa em 1945 e até os primeiros anos do governo Park (1963-1979), as relações formais entre o Japão e a

Coréia do Sul estiveram entravadas pela negociação das reparações de guerra devidas pelos japoneses aos coreanos. Com o lançamento dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico em 1962, o governo coreano começaria a cogitar as enormes vantagens que poderia obter em um relacionamento mais próximo com os antigos invasores nipônicos. É neste contexto que se daria a assinatura, em 22 de junho de 1965, do chamado “Tratado sobre Relações Básicas entre a Coréia e o Japão”.

O “Tratado de Normalização”, como é comumente denominado, estabelecia oito pontos, quais sejam: 1) concluiu a reabertura das relações diplomáticas entre os dois países 2) tornava nulos os tratados entre o Japão e *Chosön*, firmados antes de 1910, durante as agressões imperialistas japonesas, 3) chancelava a República da Coréia como o único governo legítimo da península, 4) estabelecia, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, o mútuo desejo de perseguir o bem-estar dos dois países, assim como seus interesses comuns, 5) reiterava a necessidade urgente de firmar tratados e acordos comerciais destinados a garantir relações comerciais com base em estabilidade e amizade, 6) reiterava a necessidade da negociação de um acordo disciplinando o tráfego aéreo entre os dois países, 7) esclarecia que o tratado entraria em vigor tão logo os “instrumentos de sua ratificação” fossem inter-cambiados em Seul.¹⁶

E é precisamente nos “instrumentos de ratificação” que estaria a questão nevrálgica do tratado. A divulgação do misterioso conteúdo dos 1.200 documentos confidenciais relativos aos termos de sua assinatura – que permaneceriam confidenciais por 40 anos, até serem finalmente liberados em janeiro de 2005 – geraria recentemente muito alarde na imprensa coreana.¹⁷ Aparentemente, a ditadura Park teria assegurado ao Japão abdicar ao direito de pleitear juridicamente, tanto no nível individual quanto no plano governamental, indenizações reparadoras das atrocidades de guerra cometidas pelo Japão. Isto em troca da obtenção de recursos considerados preciosos ao processo de industrialização.

Na Tabela V-A estão listados, em detalhe, os termos da negociação, taxada por muitos coreanos de “espúria”, que levaria à normalização das relações diplomáticas nipo-coreanas.

TABELA V-A – Benefícios Associados à Normalização das Relações Diplomáticas com o Japão		
	Especificação	Uso
US\$ 300 milhões em doações	Pagamentos regulares por 10 anos (até 1975)	Usado para financiar o déficit no Balanço de Pagamentos, importar equipamentos industriais e para custear parte da construção da Siderúrgica de P'ohang
US\$ 200 milhões em empréstimos fiscais	Pagamentos divididos por 10 anos (3,5% a.a. de juros, para pagamento em 20 anos, com 7 de carência)	Boa parte do dinheiro foi usado na Siderúrgica de P'ohang (US\$ 88 milhões)
US\$ 300 milhões em empréstimos privados	US\$ 180 milhões para indústrias em geral, US\$ 90 milhões para a pesca, US\$ 30 milhões para a exportação de navios	Suporte à indústria
Fonte: Cho (2001: 124)		

Da perspectiva atual, um pacote envolvendo uma captação de divisas da ordem de US\$ 800 milhões não parece tanto assim. Contudo, para uma economia com as dimensões possuídas pela coreana em 1965, o pacote era vultuoso. Se considerarmos somente o período entre 1967 e 1971, e incluirmos neste cômputo os empréstimos comerciais advindos do Japão, além do influxo de investimento direto japonês, veremos que o impacto do acordo de reparação equivaleria a 23% das exportações coreanas deste quinquênio.

Além deste aporte, há ainda outro fato relevante quanto aos termos do acerto. Desde o início de seu governo, Park tinha recebido sucessivas negativas americanas a um recorrente pedido seu: financiamento para a usina siderúrgica que almejava construir. O acordo com o Japão tornaria possível contornar a intransigência dos técnicos de Washington, viabilizando a construção da usina em P'ohang, bem próximo à sua cidade natal. Além do financiamento, o governo coreano conseguiria arrancar dos japoneses um pacto de transferência da mais avançada tecnologia siderúrgica (Cumnigs,

1997: 231). Começando a operar em abril de 1968, bem no auge dos combates travados no Vietnã¹⁸, a POSCO – Pohang Iron and Steel Company – estaria praticamente fadada ao sucesso. Abrira-se um dourado horizonte à siderurgia coreana.

VI - A Expansão dos “Euro-mercados” e o Desenvolvimento da Indústria Pesada Coreana

Após o Choque do Petróleo, teria início um respeitável ciclo de crédito internacional fundado em fontes privadas e nos bancos multinacionais operando na Europa: eram os chamados “Euro-mercados”. Esta nova situação vivenciada pelas finanças internacionais traria, como veremos, maior flexibilidade à gestão econômica coreana.

Em 1973, o governo coreano designaria as indústrias química, siderúrgica, de transportes, de eletrônicos e de máquinas e equipamentos como foco da política industrial coreana. O plano de patrocinar a transição do parque industrial coreano a este novo patamar de complexidade era considerado, pelos organismos de fomento internacionais, um verdadeiro ataque aos imperativos da eficiência produtiva.¹⁹

Dadas as características do incipiente sistema financeiro interno de então, e a necessidade implícita de adquirir no mercado externo um enorme contingente de bens de capital e licenciamentos de tecnologia, a concretização destes complexos projetos industriais requereria, além de um enorme montante de capital mobilizado internamente, colossal apoio financeiro externo. Se, obviamente, era inútil esperar apoio dos organismos internacionais, como equacionar então esta questão?

A resposta viria com o surgimento do “Euro-mercado”, que permitiria à República da Coreia captar uma enorme quantidade de recursos a juros bastante compatíveis. Na Tabelas VI-A, é possível verificar que a Coreia absorveria um enorme volume deste tipo de financiamento durante os anos 1970. Entre 1976 e 1979, por exemplo, o país teria ficado atrás somente – entre os países do chamado Terceiro Mundo – do México e do Brasil. A dívida externa do país seria, assim, sobremaneira ampliada.

TABELA VI-A – Empréstimos no Euro-mercado, Países Seleccionados, em Milhões de US\$, Janeiro de 1976 a Dezembro de 1979

	Volume	Participação
Total	84.114	100,0
México	19.895	23,7
Brasil	17.440	20,7
Coréia do Sul	7.312	8,7
Argentina	6.074	7,2
Filipinas	5.725	6,8
Chile	2.639	3,1

Fonte: Cho (2001: 132) *apud* MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK. World Financial Market, p. 10, 1979.

Em síntese, durante os anos 1970, auge da ditadura Park, o Estado coreano adquiriria, temporariamente e por obra de circunstâncias absolutamente alheias a seu controle, uma autonomia relativa em relação ao governo americano naquilo que tangia ao direcionamento de seu projeto de edificação de uma economia industrial. Era possível captar recursos quase irrestritos no mercado internacional e assim, pela primeira vez, a estabilidade das contas externas coreanas não dependeria diretamente, no curto prazo, de nenhum intrincado acerto geo-estratégico. Além disto, a vida política do país continuava politicamente asfíxiada por um regime ditatorial. Livre de constrangimentos externos de curto prazo, e com a oposição interna bastante debilitada, a concretização do “Milagre do Rio Han” tornara-se aparentemente uma mera questão “de gestão”. Esta realidade, tão peculiar quanto localizada, serviria de inspiração à maioria dos trabalhos feitos até hoje sobre a industrialização da Coréia.

VII – O Japão e a Crise da Dívida dos Anos 80: a Aterrissagem Adiada e Suavizada da Economia Coreana

Durante os anos 1970, um dos eventos político-internacionais mais emblemáticos da história mundial do pós-guerra traria drásticas

conseqüências para a periferia do sistema capitalista. Trata-se da brusca elevação dos preços do petróleo, especialmente nos anos de 1973 e 1979. Nesta ocasião, os preços deste produto crucial se descolariam de seu patamar histórico do pós-guerra, de US\$ 3 por barril, aproximando-se de algo como US\$ 12 em 1974. Deste último ano até 1978, os preços do petróleo oscilariam entre US\$ 12 e US\$ 15. Aí voltariam a aumentar, em 1979, até que o barril atingisse o pico de US\$ 37 em 1981. Não obstante a gravidade desta alteração conjuntural para os países periféricos importadores de petróleo, estes também foram vítimas de um aumento generalizado nos preços da cesta de produtos que importavam do centro — como decorrência óbvia da redução do dinamismo do comércio internacional.²⁰ Completando a tragédia, a evolução dos juros internacionais seria igualmente perversa. A *Libor* evolui, então, do patamar de 5% ao ano antes do choque para uma faixa entre 8 a 10% entre 1974 e 1978. A partir daí, a trajetória desta taxa torna-se insólita, atingindo o inacreditável pico de 19% em 1981.²¹

Como resultado desta conjuntura adversa, a Coreia — que, como vimos na seção anterior, havia se endividado bastante nos anos 1970 — enfrentaria severos solavancos. Em 1978, a dívida externa sul-coreana era equivalente a US\$ 18 bilhões. Poucos anos depois, em 1983, a Coreia já acumularia uma dívida externa de US\$ 44 bilhões. (Cumings, 1997: 273).

Contudo, neste momento-chave após a Moratória Mexicana de 1982, a vizinhança com o Japão se revelaria extremamente “benigna”, para usar a expressão de Otaviano Canuto. Assim, o governo Japonês ofereceria um pacote de ajuda equivalente a 5% do PIB e 10% da dívida externa coreana em 1983. (Cumings, 1997: 335).

Note que, a partir do Acordo do Plaza de 1985, a Coreia se converteria em uma área vital para o investimento industrial japonês. Como o governo nipônico concordara com a apreciação do Iene ante ao Dólar, a antiga periferia do Império Colonial Japonês seria crescentemente enxergada, estrategicamente, como o refúgio perfeito para sua indústria exportadora. Indústria esta que, doravante, teria considerável dificuldade em preservar a competitividade de suas exportações, caso estas se originassem unicamente do Japão. Como hoje sabemos, o arquipélago não registraria crescimento econômico

significativo nas duas décadas após 1990. Preservar a estabilidade financeira de sua *hinterlândia* era, agora, uma questão de sobrevivência.

Além deste precioso pacote de salvação de 1983, a proximidade com o Japão também renderia à Coreia outras vantagens. Especialmente, “[...] driblar a crise da dívida graças à possibilidade de substituir as fontes convencionais de crédito, através de empréstimos bancários (no Euromercado e junto aos bancos americanos), por novas operações de captação – securitizadas – no mercado financeiro japonês.” (Canuto, 1994: 9)

Ou seja, o compromisso japonês com a estabilidade da Coreia foi percebido pelos bancos de Tóquio. E estes se sentiram suficientemente seguros para dar fé à dívida sul-coreana. Durante a turbulência, sua dívida externa teria pulado do patamar de 35,8% do PIB (em 1979) para enormes 53,9% do PIB (em 1985). Porém, dali adiante, com a conclusão dos grandiosos projetos da indústria química e pesada iniciados nos anos 1970, a Coreia registraria, já a partir de 1986, grandes saldos positivos no comércio de bens e serviços. Assim, a dívida externa cairia para 29,5% do PIB já em 1987 (Canuto, 1994: 111).

A tempestade aparentemente havia passado. A Coreia concluíra sua industrialização. As Olimpíadas de Seul se avizinhavam e os coreanos já podiam comemorar sua inclusão entre os países ricos. O reconhecimento da OCDE não tardaria a laureá-los.

Conclusão

Como mencionamos acima, é muito comum que as investigações sobre o acelerado processo de industrialização sul-coreano se detenham às políticas formuladas desde os anos 1960 naquele país. Quando chegam a abordar o plano internacional, as análises mais difundidas contentam-se em identificar apenas a ascensão da economia sul-coreana na hierarquia da divisão internacional do trabalho, evocando as escolhas internas para justificar esta evolução. Isto equivale à suposição de que as relações de centralidade e periferação entre distintos espaços econômicos

ocorrem em função de escolhas originadas no plano nacional, abstraídas assimetrias históricas e conjunturais.

Com a exposição dos fatos e dados acima, no entanto, fica bastante evidente a parcialidade de qualquer trabalho que almeje explicar o desenvolvimento industrial sul-coreano unicamente a partir de processos internos. Pois as ousadas políticas industriais, tecnológicas e comerciais deste país foram formuladas e implementadas em um quadro externo ímpar entre todos os países em desenvolvimento. E, assim, faz todo sentido pensar as relações de centralidade e periferação entre nações como um processo histórico de longo curso e, a partir daí, identificar como o *status quo* internacional teria aberto e fechado caminhos para a moderna Coréia do Sul industrial.

O caráter bem-sucedido da industrialização sul-coreana assume então um papel explicativo subordinado, em virtude da proeminência conferida à análise das posições hierárquicas reservadas a seu conjunto humano e material ao longo do tempo. Recorrendo novamente às palavras do próprio Arrighi, “A Coréia do Sul e Formosa são os dois únicos Estados que conseguiram, sob o regime de acumulação norte-americano, deslocar-se do grupo de nações de renda baixa para o de renda média. [...] Repetindo, isto não foi uma questão de ‘industrialização’ como tal. Na década de 1980, outros países da região passaram por uma industrialização rápida, mas não por uma ascensão vertical na hierarquia do valor adicionado da economia mundial capitalista.” (Arrighi, 1997: 349)

Em síntese, da perspectiva à qual este trabalho se filia, a Coréia do Sul converteu-se em uma nação afluyente por sua relevância geoestratégica. Primeiramente, em função da importância conferida pelo Japão a seus recursos minerais, humanos e energéticos. Posteriormente, em função da importância conferida pelos Estados Unidos ao embate com a URSS, uma vez que a Península Coreana era um dos principais teatros da “Guerra Fria”. Por último, pela importância que o Japão atribuiu à península no contexto do Acordo do Plaza.

As pretensas escolhas responsáveis por seu sucesso, em alguns casos, sequer foram feitas por coreanos. Foi o caso do conjunto de reformas *Kabo* ou da monetização do país no início do século XX.

Evidentemente, as elites do país se oporiam veementemente a ambas. O mesmo pode ser dito sobre a ampla reforma agrária e sobre a alfabetização em massa.

Mais adiante, no pós-guerra, as universalmente elogiadas políticas industriais sul-coreanas contaram com um Balanço de Pagamentos que, entre os anos 1950 e 1980, se beneficiou de uma série de ações nipo-americanas com vistas a seu equilíbrio. E sem essa longa série de auxílios em diversas rubricas é macroeconomicamente infundado pensar em uma Coreia do Sul crescendo a um ritmo tão veloz. Livre do dilema do "hiato de divisas" por sua posição internacional peculiar, os sul-coreanos puderam erguer sua diversificada economia industrial em condições únicas e ritmo paradigmático.

Abstract

During the last four decades, South Korea has been characterized by an extremely accelerated process of economic growth and structural modernization. Promoted to the rank of model to other developing countries, the so-called Korean case reclaims attention among all development specialists. The most renowned explanations for South-Korean success emphasize the economic policies launched in the country and their practical effects. In this effort, they don't devote much attention to the peculiar international conjuncture that embraces this prosperous country. This article will try to enumerate a series of historical facts that, together, suggest that a World-System approach of its industrial success can't be disregarded.

Key words: South Korea; economic and social development; Japanese colonialism; north-American imperialism; world-system theories; late industrialization

Referências

- AHN, Byung-Joon – South Korea and the Communist Countries. *Asian Survey*, Volume 20, Número 11, pp.1098-1107, Novembro, 1980.
- AMSDEN, Alice H. – *Asia's Next Giant: South Korea and late industrialization*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni – *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- CUMINGS, Bruce – *Korea's Place in the Sun: a modern history*. Nova Iorque: WW Norton & Co., 1997.
- BANCO MUNDIAL – Current Economic Position and Prospects of the Republic of Korea. Report No. 332-KO, 1976.

- CANUTO, Otaviano – Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia. São Paulo: Nobel, 1994.
- CHO, Yoon-Je – The International Environment and Korea's Economic Development during 1950s-1970s. The Bank of Korea, *Economic Papers*, Volume 4, Número 2, Novembro, 2001.
- FAJNZYLBER, Fernando – Reflexiones sobre la Industrialización Exportadora del Sudeste Asiático. *Revista de la Cepal*, Número 15, Dezembro, pp. 117-138, 1981.
- HALLIDAY, Jon; CUMINGS, Bruce – *Korea: The UnKnown War*. Londres: Viking, 1988.
- JONES, Leroy P. – Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: The Korean Case. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1980.
- KRUEGER, Anne O – *The Developmental Role of the Foreign Sector and Aid*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1982.
- KUZNETZ, Paul W. – *Economic Growth and Structure in the Republic of Korea*. New Haven: Yale University Press, 1977.
- MCCUNE, Shannon – Land Distribution in Korea. *Far Eastern Survey*, Volume 17, Número 11, p. 132, Junho, 1948.
- MENAMARA, Dennis L. – *The Colonial Origins of Korean Enterprise: 1910 – 1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- VISCAÍNO Jr., M. M. – Aspectos do Desenvolvimento Econômico de Brasil e Coréia do Sul numa Perspectiva Histórica: processos de industrialização e educação até o início da década de 1990. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - Departamento de História - São Paulo, 1999.
- WADE, Robert – *The Role of Government in Overcoming Market Failure: Taiwan, South Korea and Japan*. The World Bank, 1985.

Notas:

¹ Vide as contribuições de Paul Kuznets, Anne Krueger e os diversos documentos do Banco Mundial sobre o tema.

² Vide as contribuições de Alice Amsden, Robert Wade e Fernando Fajnzylber.

³ Cabe ressaltar que não se trata de negar as virtudes das políticas industriais aplicadas na Coréia, muito bem documentadas e examinadas pela literatura especializada. Trata-se, porém, de buscar a fonte de um sucesso econômico excepcional em uma conjuntura externa extraordinária, que suscita e ampara as muitas políticas levadas a cabo pelas autoridades nacionais.

⁴ Estes números foram obtidos em <http://www.globalsecurity.org>.

- ⁵ Esta situação é consequência das Resoluções 83 e 84 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde 1994, o governo sul-coreano retomou controle de seus contingentes em tempos de paz, e mantém conversações desde 2005 para reaver o comando em tempos de guerra.
- ⁶ *Tonghak* significa "Aprendizado Oriental".
- ⁷ Note que este pacote de reformas também aparece na bibliografia como Reformas *Kap-o* ou Reformas *Gabo* (ou coisa parecida), o que pode gerar muita confusão. Todos estes termos são, na verdade, formas distintas de romanizar a pronúncia coreana dos ideogramas utilizados para representar, no tradicional calendário sexagesimal, o ano de 1894.
- ⁸ Como evidência, note a recém-fundada República da Coreia herdaria um espólio nada desprezível de 2.500 empreendimentos ainda em condições de operação (Jones, 1980: 30).
- ⁹ Em 1878, logo após a assinatura do tratado de *Kanghwa*, é aberta na Coreia uma filial do japonês *First Bank*, primeira instituição bancária moderna na Coreia. Pouco depois, em janeiro de 1891, seria aberta no país uma filial da japonesa *Imperial Life Insurance*, primeira seguradora do país. Em outubro de 1909, após estabelecido o protetorado, os japoneses criariam o *Bank of Korea*, que mais tarde viraria o *Bank of Chōsen* (em 1911). Esta instituição seria o primeiro Banco Central Coreano, retirando do *First Bank* o direito de emitir moeda. Em junho de 1918 seria criado o Banco Industrial de Chōsen — embrião do futuro *Korea Development Bank* —, para atuar no segmento de crédito de longo prazo.
- ¹⁰ Note que o ambiente em que as autoridades americanas decidem empreender a Reforma Agrária na Coreia é de profunda efervescência (isto será destacado no próximo capítulo). É muito razoável pensar que, não fosse por toda esta agitação, não teria sido tão amplo o programa de redistribuição de terras concebido pelos militares americanos. Não obstante, tal reforma independeu completamente de deliberações políticas internas — afinal, o país estava ocupado e governado por uma força estrangeira —.
- ¹¹ Retirado e traduzido de McCune (1948:132), *apud* "The Farmers' Weekly [*Nong Min Jo Bo*]", Exemplar Número 95, de 1/04/1948, publicado pelo Departamento de Informação Pública, Governo Militar Americano na Coreia.
- ¹² Cada acre compreende 4.046,8564224m².
- ¹³ Os dados indicam uma poupança de 5.4%, frente a uma taxa de investimento de 17.3% do PIB entre 1953 e 1960 (Cho, 2001: 121)
- ¹⁴ Estes dados são muito sujeitos a controvérsias. Estas estimativas foram compiladas na Enciclopédia Britânica e em Summers, H. *Vietnam War Almanac*, 1985. Servem apenas para dar uma dimensão grosseira do tamanho conflito, cuja análise aprofundada passa longe do escopo desta dissertação.
- ¹⁵ Já mencionamos isto quando apresentamos o trabalho de Anne Krueger. A autora afirma que, entre 1960 e 1965, teria início uma fase de transição, culminando com o fim completo da ajuda econômica em 1972 (Krueger, 1982: 80-82, 152)
- ¹⁶ Este tratado é facilmente encontrado na Internet.
- ¹⁷ Sobre a polémica gerada, veja o artigo "Declassified Documents Could Trigger Avalanche of Lawsuits", *Chosun Ilbo*, 17/01/2005.
- ¹⁸ Note que o "Memorando Brown", analisado detalhadamente na seção anterior, havia aberto um fabuloso mercado para o aço coreano no Vietnã.
- ¹⁹ Veja, por exemplo, o relatório 332-KO, emitido pelo Banco Mundial no ano de 1976 e intitulado "*Current Economic Position and Prospects of the Republic of Korea*", página

64. Nele, a instituição deixa claro considerar irrealis os planos do governo coreano, acusando-o também de subestimar o potencial exportador das indústrias leves.

²⁰ Sobre o impacto dos solavancos deste período para a periferia veja: Sunkel, O.: Griffith-Jones, S. *O Fim de uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²¹ Sobre este movimento das finanças internacionais veja: Parboni, R. *The Dollar and its Rivals*. Londres: Verso, 1980.